

5 DE OUTUBRO



BANCADA DOS
TRABALHADORES NA
CNPBZ

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A EXPOSIÇÃO AO BENZENO

O Benzeno e a simplificação das NRs

O Brasil se prepara para entrar num período de muitas mortes por acidente de trabalho e adoecimento ocupacional caso as pretensões do presidente Jair Bolsonaro sejam concretizadas em desfazer a legislação brasileira de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho. As Normas são disposições complementares ao capítulo V da CLT que consiste em obrigações, direitos e deveres que devem ser cumpridos, pelas empresas e pelos trabalhadores, com objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo as pessoas dos acidentes de trabalho e do surgimento de doenças ocorridas pela exposição ocupacional ao cancerígeno Benzeno.

O retrocesso parece estar caminhando ao lado da história do Brasil, jamais foi verificado tantos ataques aos direitos dos trabalhadores. No dia 7 de janeiro, deste ano, foi dado fim ao Ministério do Trabalho e com isso todas as secretarias de trabalho e instituições relacionados à saúde e à segurança foram redistribuídas para outros ministérios. Em março o governo divulgou que iria pautar a “desburocratização” das Normas Regulamentadoras para dar condição ao patronato investir no país. A grande realidade são os planos econômicos do ministro da Economia e do secretário especial de Previdência e Trabalho, onde pretendem reduzir as exigências e as obrigações do empresariado, de modo que tais medidas cortem as regras que protegem os trabalhadores de ambientes de trabalho insalubres e dos riscos de acidentes.

O Benzeno se prepara para mais uma alteração na legislação brasileira. De 1978 até março de 1994, permaneceu classificado com limite de tolerância de 8 ppm, em seguida foi transferido para o anexo 13 da NR-15 onde permaneceu até 20 de dezembro de 1995, data da criação do anexo 13 A do Benzeno onde não poderia haver mais nenhuma exposição ao cancerígeno, mantido até os dias atuais com alguns avanços nas legislações complementares e elaboração de uma legislação específica aos



A LUTA DA BANCADA

Mesmo diante de muitas dificuldades para garantir o cumprimento do anexo 13 A do BENZENO, a bancada de trabalhadores da CNPBz sempre se manteve firme na luta para: reduzir o VRT; diminuir a concentração de enquadramento que ainda permanece 1% vol.; fortalecer os GTBs; resistir contra o esvaziamento da CNPBz e participação dos getebistas nas reuniões, impostas pelas empresas e denunciar as irregularidades

postos de combustíveis. Com a reforma das NRs, o governo federal pretende alterar o item Benzeno para um anexo de cancerígenos onde estaria dividindo espaço com outros agentes carcinogênicos reconhecidos pela LINACH – Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos.

A reforma da NR-15 já entrou na pauta da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) nos itens de ruído e calor, o Benzeno está com previsão de iniciar as discussões em novembro juntamente com a criação do item cancerígenos baseado na LINACH dos ministérios do Trabalho, Previdência e Saúde. Segundo representantes do governo este item será mais amplo e voltado para a realidade industrial e comercial. Esta lista foi elaborada em 2014 e considerou a elevada incidência de câncer no Brasil e baseada em estudos científicos existentes, além da lista de agentes cancerígenos da Agência Internacional para a Investigação do Câncer (IARC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste contexto o governo deveria assumir o incentivo às pesquisas e aos estudos para

proteger os trabalhadores além do papel de mediador de conflitos dentro de um processo tripartite, mas diferente do esperado a postura tomada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus assessores é de assumir o papel dos empresários no momento que impõe a “modernização, simplificação e desburocratização” das normas de proteção dos trabalhadores e na legislação do Benzeno.

Que o Benzeno não é flor que se cheire, isto nós também já sabíamos, mas por último e inesperado, o governo de Bolsonaro deu fim às comissões tripartites incluindo a CNPBz. Diante da política de retrocesso das Normas Regulamentadoras e da legislação específica do Benzeno, nós da Bancada dos Trabalhadores da CNPBz, repudiamos tais ataques contra os trabalhadores e continuaremos atuando no sentido de retomar os trabalhos da CNPBz e das reuniões ordinárias, ainda assim, criar um Fórum Permanente do Benzeno e garantir através dos sindicatos o DIA 5 DE OUTUBRO anualmente e todas as atividades de formação e prevenção a exposição ocupacional ao Benzeno.

A morte como política de governo



Criada em 1966, a Fundacentro, originalmente nominada Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e, a partir de 1978, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho desenvolve, ao longo de sua história um dos mais importantes trabalhos em pesquisa sobre as condições dos ambientes de trabalho, e prevenção de saúde do trabalhador. Estudos da Fundacentro foram a base, por exemplo, para o acordo do benzeno.

A Fundacentro foi responsável pela formação dos primeiros engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, enfermeiros e auxiliares de enfermagem do trabalho do Brasil. A entidade forma profissionais, qualifica as atividades de cipistas, atua com as comissões tripartites nas questões de saúde laboral, publica trabalhos científicos e é uma referência internacional nas melhorias das condições de saúde nos locais de trabalho.

Tudo isso, entretanto, está em risco. Pesquisadores da entidade denunciam que o governo Bolsonaro está agindo deliberadamente para desmontar as políticas de proteção à saúde e segurança do trabalhador, incluindo nesse ataque a Fundacentro. A portaria nº 972/2019, publicada no dia 21 de agosto, extingue todas as comissões tripartites, entre elas as de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e do benzeno (CNPBz).

“O governo anunciou que maioria dos servidores terceirizados será dispensada, a Fundação está proibida de contratar serviços de manutenção, de informática, está tudo muito confuso aqui, isso afeta todo o nosso trabalho”, denuncia um pesquisador da Fundacentro, que preferiu não se identificar.

Outra servidora informa que a gráfica da entidade (responsável por diversas publicações científicas e de orientação) foi fechada, assim

como imóveis localizados em várias regiões, o fim da inauguração da Fundacentro Regional Santos, um terreno ao lado da sede, que deveria abrigar um grande laboratório, foi colocado à venda para virar, definitivamente, estacionamento ou algum prédio comercial.

Sem pessoal de suporte, sem manutenção (já é possível perceber no prédio da Fundacentro, em Pinheiros, Zona Oeste da capital, vários pontos de infiltração de água) e, principalmente, sem concurso público para repor pessoal científico que se aposenta, o futuro da Fundacentro é incerto e isso afeta, diretamente, a saúde de todos os trabalhadores do país. “O que estamos vendo é a morte como política de governo, porque quando se corta verbas do SUS, acaba com as comissões, desmantela a Fundacentro, libera agrotóxicos e destrói o meio ambiente, esse governo está decretando que muitas pessoas irão morrer em consequência direta de suas ações”, se exalta, ao falar, outra pesquisadora, quase às lágrimas: “Bolsonaro prometeu destruir o Brasil e está cumprindo”.

BOLSONARO EXTINGUIU A COMISSÃO, NÃO A LUTA

Recente portaria do governo (portaria 972, de 21 de agosto <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-972-de-21-de-agosto-de-2019-211908255>) eliminou, em uma única canetada, dezenas de comissões tripartites, muitas delas utilizadas para melhorar as condições de saúde e segurança dos trabalhadores. Entre essas comissões está a do Benzeno, de extrema importância para o nosso setor (leia matéria abaixo).

A Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) funcionava há mais de 20 anos, foi a protagonista do acordo do benzeno e obteve sensíveis melhorias nos ambientes de trabalho. “A Comissão foi extinta, mas nossa luta continua, vamos manter as atividades do dia 5 de outubro, dia nacional de luta contra a exposição ao benzeno, denunciar o descaso desse governo com a saúde dos trabalhadores, manter o site da CNPBz no ar e nos articularmos de forma independente para dar continuidade a esse trabalho, mesmo em um cenário mais difícil”, destacou o diretor do Sindipetro Unificado, Auzélio Alves, membro da bancada dos trabalhadores na CNPBz.

Acompanhe o site www.cnpbz.com.br para saber as notícias sobre a luta pela saúde, contra a exposição a produtos cancerígenos.



SINDIPETRO-NF GANHA AÇÃO DO BENZENO

O Sindipetro-NF obteve decisões favoráveis nas ações civis públicas de reconhecimento da exposição de petroleiros ao benzeno nas plataformas Vermelho II e P-40. Ainda falta a decisão sobre a UTGCAB

Com isso foi reconhecida a exposição dos trabalhadores das plataformas à essa substância cancerígena.

O sindicato orienta aos trabalhadores próprios e terceirizados que trabalham ou trabalharam em PVM-2 e P-40, que procurem o jurídico do NF para mais informações.

Também é decisão da diretoria do NF ampliar essas ações para as demais unidades.

Luta também é política

A luta pelo reconhecimento a exposição do Benzeno vem sendo travada há anos pelo NF, que participava da Comissão Estadual do Benzeno desde 2015, acompanhava os debates da bancada dos trabalhadores na CNPBz e realizava debates com a categoria em setorias, rodas de conversa e transmissões ao vivo no facebook. Foram essas e outras ações que permitiram essa conquista jurídica.

